



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE DO MAGISTÉRIO

Às vésperas da votação, ainda não há consenso

Deputados vão mandar projeto de lei para o plenário
amanhã apenas se tiverem certeza de que professores
aprovam proposta

(DC, Reportagem Especial, p. 4 e 5)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 12/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 12/7/11
Assunto: Greve do Magistério, às vésperas da votação, ainda não há consenso		Página: 4 e 5

GREVE DO MAGISTÉRIO

Às vésperas da votação, ainda não há consenso

Deputados vão mandar projeto de lei para o plenário amanhã apenas se tiverem certeza de que professores aprovam proposta.

• JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário dos professores conforme a proposta apresentada pelo governo em 3 de julho será votado, hoje, pelos deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, que ainda não demonstraram um consenso. Com acordo, ele deve ser encaminhado amanhã para votação em plenário. Caso contrário, o projeto só retorna à votação depois do recesso da casa, que começa em 15 de julho e vai até agosto.

Na última quinta-feira, os líderes dos partidos e o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, decidiram que votariam o PLC antes do recesso, se houvesse um entendimento de que ele foi bem aceito pelos professores. O indicativo seria a volta dos docentes ao trabalho. Em circunstâncias normais, um projeto de lei pode levar meses para ser votado, porque os deputados podem pedir vista e propor alterações no texto.

– Havendo um acordo, a gente teria condições de encaminhar o projeto para plenário na quarta-feira (amanhã). Eu realmente gostaria que ele fosse aprovado – afirmou o presidente da casa.

Merisio informou ainda que hoje deve haver uma reunião entre os líderes, antes da votação na CCJ. O presidente da comissão, Romildo Tilton, também é favorável à votação do projeto, mas observou que se algum deputado pedir vista, irá conceder. A expectativa do líder de governo, Elizeu Mattos, é que o PLC seja aprovado até amanhã.

– O governo afirmou que não tem mais como avançar. A situação exige cautela, porque sem votação antes do recesso, os professores voltam a receber os salários de abril – ressaltou.

O relator do processo será o deputado Joares Ponticelli (PP), que não tinha um parecer. Ele informou que está estudando o projeto, e ouvindo várias pessoas. Para ele, o projeto deveria ser votado antes do recesso, porque está claro que houve avanços nesta última proposta.

O deputado do PT Dirceu Dresch, que faz parte da CCJ, acredita que não há condições para aprovar o pro-

jeto, porque ele não foi aceito pelos professores estaduais.

– Se aprovarmos, não terá mais negociação. Não há um acordo entre professores e governo, e nós do PT não concordamos que os deputados tenham que assumir essa responsabilidade – declarou.

Para o deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que também integra a CCJ, o projeto não deve passar amanhã, porque ele foi rejeitado pela categoria, que votou pela continuação da greve. Ele argumentou que o PLC não traz avanços para o magistério.

Às vésperas da votação, em uma assembleia regional unificada, entre professores de Florianópolis e São José,

realizada ontem, na entrada do prédio da Assembleia Legislativa, os trabalhadores prometeram pressionar os deputados para não aprovarem o projeto, porque ele altera o plano de carreira, achatando a tabela salarial. Eles vão passar o dia de hoje na Assembleia.

ELIZEU MATTOS

Líder do governo na Assembleia

“

O governo afirmou que não tem mais como avançar. A situação exige cautela, porque sem votação antes do recesso, os professores voltam a receber os salários de abril.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 12/7/11
Assunto: Greve do Magistério, às vésperas da votação, ainda não há consenso		Página: 4 e 5

Estado pode descontar dias parados dos grevistas

Outra decisão, que pode mexer com a votação na CCJ, saiu no final da tarde de ontem. O desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Rodolfo Tridapalli, suspendeu a resolução do juiz Hélio do Valle Pereira, que determinou o pagamento dos descontos, feitos no salário dos grevistas. A liminar foi questionada, na semana passada, pelo Estado no TJSC e no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Com isso, em caráter provisório, o governo pode continuar descontando os dias parados dos grevistas e não precisa pagar o que foi descontado. O mérito da ação, que pediu a suspensão dos descontos, não foi julgado.

julia.antunes@diario.com.br

Na internet

O diario.com.br concentrou, ontem, uma experiência em cobertura integrada; participaram todos os jornais do Grupo RBS em SC, além de equipes de emissoras de rádio e tevê. Em cinco horas, foram mais de 10 mil acessos. No pico da cobertura, às 11h, havia 1,6 mil internautas na mesma caixa de diálogo via web.

O conteúdo era abastecido pelas equipes pelo Twitter e via celular com o apoio de jornalistas que ficaram na redação em Florianópolis. Confira algumas perguntas respondidas e comentários de internautas:

Andresa – Quero saber se o IEE (Instituto Estadual de Educação) voltou

Grupo RBS – Andressa: as aulas no IEE estão parciais. Neste momento, a maior parte dos professores em greve trabalha com turmas do ensino fundamental.

Levantamento em 156 escolas

Equipes de reportagem dos veículos da RBS – jornais, rádios, redações online e TVs – visitaram ontem 156 escolas de Santa Catarina para verificar a situação da greve em cada estabelecimento. A tabela na página ao lado mostra o resultado do que foi encontrado pela reportagem – 32 escolas estão com aulas normais, 25 em greve e 99 com aulas parciais. A lista foi feita com base nas 400 maiores escolas do Estado.

O levantamento é somente uma amostragem e não tem a pretensão de ser considerado uma pesquisa científica ou de fixar um índice de adesão à paralisação: é tão somente um retrato, no dia de ontem, das escolas da lista, com informações dos diretores das escolas.

Dados do governo, divulgados ontem, apontam para uma adesão de 21% dos professores. Já o Sinte divulga que entre 45% e 50% dos docentes ainda estão em greve, mas afirma que um levantamento mais preciso deverá ser divulgado hoje.

Aparecida – Dá pra definir em uma palavra essa novela da greve: “decepção”. Decepção com o governo, professores e sociedade.

Vitor Laurentino – Desculpem, mas isso já passou de greve para palhaçada há muito tempo. Tudo bem que vocês têm direitos. Eu concordo que vocês trabalham muito e recebem muito pouco, mas vocês estão sendo egoístas e não estão pensando em nós, alunos.

Dirceu – Vitor, quem tem a obrigação de garantir na educação é o Estado, não os professores! Nós somos trabalhadores, também podemos exercer o direito de greve.

Cansados e ameaçados

Cansada, desiludida e ameaçada de ser substituída por um professor Admitido em Caráter Temporário (ACT). Estes foram os motivos que fizeram a professora de geografia Ana Paula da Silveira abandonar a greve e voltar às aulas ontem, em Biguaçu. Mas ela ainda pode fazer como Décio Teixeira, que retornou à greve.

Décio, professor de Artes da EEB Professor José Brasilício, também em Biguaçu, voltou às aulas ontem, assim como todos os docentes da escola. Só que mudaram de ideia com as últimas informações recebidas.

– Ficamos sabendo que o governador quer aprovar o projeto sem mudança. Como vai achar nossos salários, voltamos à greve – contou.

Eles se preparam para acompanhar as discussões na Assembleia Legislativa. Hoje, é certo que não haverá aula na escola. Já amanhã, não se sabe.

– É uma sensação de revolta, frustração e desencanto. É como se pegassem o seu diploma e rasgassem. Estamos em um país que fala em qualidade de educação, mas só na teoria – avalia.

Frustração também é uma palavra usada por Patrícia, da EEB Professora Maria da Glória de Faria. Só que ela vai além.

– Hoje eu digo que tenho mais vergonha de ser professora do que se eu fosse uma prostituta. E voltei às aulas porque fomos ameaçados de ser substituído por ACTs.

A professora pensa, inclusive, em largar o magistério.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 12/7/11
Assunto: Greve do Magistério, às vésperas da votação, ainda não há consenso		Página: 4 e 5

A volta às aulas em Chapecó

Chapecó

Das 14 escolas visitadas pela equipe em Chapecó, 10 voltaram às aulas normais ontem pela manhã.

Apenas uma escola está com todos os professores parados. A regional já havia votado em assembleia pela volta à sala de aula, mas a decisão da estadual pela paralisação deixou os professores divididos.

O professor Jair Fulbr, de Maravilha, resolveu esperar a decisão da estadual para decidir se retornava ou não, mas confessa que faltam argumentos para continuar com a greve.

– Não temos respostas para nada, no entanto, não podemos recuar agora. Os professores que voltaram para sala continuam indecisos – disse.

Para o coordenador do Sinte Regional de Chapecó, Cleber Cecon,

a desmobilização da greve no Oeste se deve à decisão da estadual não suprir a demanda da regional.

Segundo Cecon, não há proposta e cenário favorável para motivar os professores a continuarem com a paralisação. Os pais e alunos comemoraram a decisão de retornar às salas de aula.

– Graças a Deus voltaram, pois já estava colocando minha filha em uma escola particular para não perder tanto conteúdo – comemora Tereza Alvez.

Na regional de Maravilha, 80% das escolas voltaram para a sala de aula e, em Concórdia, todas as escolas voltaram com a cumprir os aulas normalmente. O calendário ainda está indefinido, mas já se sabe que, em um primeiro momento, não haverá aula nos sábados.



Só metade retornou em Lages

Lages

Um levantamento feito por jornalistas do Grupo RBS nas 13 das 26 maiores escolas estaduais de Lages constatou que, dos 570 profissionais das instituições, 112 ainda não haviam retomado as atividades na manhã de ontem.

Em 11 escolas, o funcionamento é parcial. Na Escola Vidal Ramos, que atende 450 alunos, os 25 professores retornaram às atividades. Mas na Escola Básica de Lages – o antigo Colégio Industrial, com 1,4 mil alunos –, a adesão dos 32 professores à greve ainda é total, e não há aula desde o dia 18 de maio.

Entre os prejudicados estão as amigas Jhenifer de Liz, 15 anos, e

Mayara Pereira, 16. As duas são estudantes do segundo ano do ensino médio, e não veem a hora de o impasse entre governo do Estado e sindicato dos professores acabar.

No fim da semana passada, elas viram pela imprensa que as aulas deveriam retornar ontem, e saíram cedo de casa para estudar. Mas, ao chegarem à escola, encontraram o portão fechado e receberam a notícia de que sequer há previsão de serem reabertos.

Jhenifer e Mayara concordam com as reivindicações dos professores e entendem a paralisação dos professores, mas não escondem a preocupação em ficar tanto tempo longe da escola.

– Antes de entrar em greve, alguns professores nos deram trabalhos para fazermos em casa. Continuamos

estudando para não perder o ritmo, mas a escola está fazendo falta.

Márcio Souza, professor da escola é dirigente do sindicato da categoria, diz que pelo menos na instituição, nenhum dos 32 profissionais voltará ao trabalho enquanto não tiverem todas as reivindicações atendidas pelo governo estadual.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 12/7/11
Assunto: Greve do Magistério, às vésperas da votação, ainda não há consenso		Página: 4 e 5

O que a reportagem viu

CIDADE	ESCOLA	AULAS	ALUNOS	PROF
Araquari	Prof. Higinio Aguiar	Parciais	1.100	36
Araquari	Almirante Boiteux	Parciais	1.140	33
Balneário Camboriú	Pres. João Goulart	Parciais	1.500	78
Balneário Camboriú	Mª da Glória Pereira	Parciais	1.110	39
Barra Velha	David P. Espíndola	Normais	851	49
Barra Velha	Conselheiro Astrogildo O. Aguiar	Normais	1.296	52
Biguaçu	Profª Eloisa Mª P. de Faria	Parciais	1.200	45
Biguaçu	Profª. Mª da Glória de Faria	Parciais	1.066	56
Biguaçu	Prof. José Brasilício	Normais	660	40
Blumenau	Hermann Hering	Normais	2.454	139
Blumenau	Emilio Baumgart	Normais	1.042	45
Blumenau	Ceja	Parciais	*	44
Blumenau	Luiz Delfino	Parciais	1.323	68
Blumenau	Pedro II	Parciais	1.215	64
Blumenau	Adolpho Konder	Parciais	1.034	44
Blumenau	Hercilio Deeke	Parciais	1.600	51
Blumenau	Pe. José Maurício	Normais	1.185	51
Blumenau	Gov. Celso Ramos	Parciais	1.480	66
Blumenau	João Widemann	Parciais	1.980	62
Blumenau	Santos Dumont	Parciais	1.589	77
Camboriú	Prof. José Arantes	Parciais	1.423	55
Capinzal	Mater Dolorum	Normais	750	50
Capinzal	Belizário Pena	Normais	492	25
Capinzal	São Cristovão	Normais	804	26
Catanduvas	Irmã Wienfrida	Normais	1.079	37
Chapecó	Tancredo de A. Neves	Normais	1.500	70
Chapecó	Saad Antonio Sarquis	Parciais	775	28
Chapecó	Lourdes A. S. Lago	Normais	1.100	42
Chapecó	Geni Comel	Normais	810	40
Chapecó	Nelson Horostecki	Greve	920	49
Chapecó	Cel. Lara Ribas	Parciais	1.222	60
Chapecó	Profª Zélia Scharf	Normais	1.845	75
Chapecó	Bom Pastor	Parciais	2.460	79
Chapecó	Pedro Maciel	Parciais	840	43
Chapecó	Ceja	Normais	1.200	45
Chapecó	Irene Stonoga	Normais	840	45
Chapecó	Luiza Santin	Normais	950	59
Chapecó	Druziana Sartori	Normais	848	37
Chapecó	Marechal Bormann	Greve	933	53
Criciúma	João Frasseto	Greve	1.203	66
Criciúma	Antônio M. Neto	Greve	783	48
Criciúma	Abílio Paulo	Parciais	1.870	109
Criciúma	Sebastião T. dos Santos	Greve	1.480	80
Criciúma	Joaquim Ramos	Greve	950	45
Criciúma	Prof. Lapagesse	Greve	755	34
Criciúma	Ceja	Greve	3.600	68
Criciúma	Humberto de Campos	Greve	714	32
Criciúma	Pe. Miguel Giacca	Parciais	1.059	41
Criciúma	Irmã Edviges	Greve	740	31
Florianópolis	Irineu Bornhasen	Parciais	870	35
Florianópolis	Pero Vaz de Caminha	Parciais	658	31



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 12/7/11
Assunto: Greve do Magistério, às vésperas da votação, ainda não há consenso		Página: 4 e 5

Florianópolis	Professor Aníbal Nunes Rires	Parciais	581	40
Florianópolis	Ildefonso Linhares	Parciais	730	39
Florianópolis	Leonor de Barro	Greve	831	38
Florianópolis	Profª Laura Lima	Parciais	1.090	36
Florianópolis	Pe. Anchieta	Normais	1.004	44
Florianópolis	Simão J. Hess	Parciais	1.100	42
Florianópolis	Henrique Stodiek	Parciais	800	40
Florianópolis	Jacó Anderte	Parciais	1.600	55
Florianópolis	Intendente José Fernandes	Parciais	1.751	70
Florianópolis	D. Jaime Câmara	Parciais	900	44
Florianópolis	Instituto E. de Educação	Parciais	6.611	250
Florianópolis	Ceja	Parciais	3.809	73
Florianópolis	Aderbal R. da Silva	Greve	1.427	32
Forquilha	Ângelo Izé	Normais	270	17
Forquilha	Natálio Vassoler	Normais	1.080	54
Gaspar	Arnoldo A. Zimmermann	Parciais	*	*
Gaspar	Prof. Honório Miranda	Parciais	1.056	37
Gaspar	Ivo D'Aquino	Parciais	*	*
Guaramirim	Lauro Zimmermann	Parciais	960	34
Herval d'Oeste	São José	Normais	1.024	18
Herval d'Oeste	Eugênio Marchetti	Normais	650	33
Herval d'Oeste	Melo e Alvim	Normais	300	20
Içara	Profª. Salete S. dos Santos	Greve	1.100	44
Ilhota	Marcos Konder	Parciais	916	30
Itapema	Prof. Olegário Bernardes	Parciais	1.506	41
Itajaí	Dep. Nilton Tucker	Parciais	1.650	64
Itajaí	Ceja	Parciais	1.790	30
Itajaí	Victor Meireles	Parciais	1.171	53
Itajaí	D. Afonso Niehues	Parciais	1.145	37
Jaraguá do Sul	Ceja	Parciais	900	14
Jaraguá do Sul	Prof. José D. Magalhães	Parciais	900	14
Jaraguá do Sul	Julius Karsten	Parciais	978	50
Jaraguá do Sul	Abdon Batista	Parciais	1.120	40
Jaraguá do Sul	Lilia A. Oeschslér	Parciais	850	34
Jaraguá do Sul	Holando M. Gonçalves	Normais	795	32
Jaraguá do Sul	Roland H. Dornbusch	Parciais	800	22
Jaraguá do Sul	Elza G. Ferraz	Parciais	473	15
Joaçaba	Celso Ramos	Normais	748	47
Joaçaba	Nelson Pedrini	Normais	438	20
Joaçaba	Oscar R. da Nova	Normais	142	14
Joinville	Pres. Mé dici	Parciais	1.300	60
Joinville	George Keller	Parciais	1.142	47
Joinville	Annes Gualberto	Parciais	1.200	50
Joinville	Dr. Tufi Dippe	Parciais	1.206	52
Joinville	Prof. João Rocha	Parciais	1.120	56
Joinville	Profª Jandira D'Ávila	Parciais	1.040	42
Joinville	Profª Mª Amin Ghanem	Parciais	1.099	46
Joinville	Dep. Nagib Zattar	Parciais	785	20
Joinville	Giovani Pasqualini	Parciais	756	43
Joinville	Arnaldo M. Douat	Parciais	805	46
Joinville	Olavo Bilac	Parciais	945	40
Joinville	Gov. Celso Ramos	Parciais	1.100	59
Joinville	Ceja	Normais	1.578	27
Joinville	Conselheiro Mafra	Parciais	560	36
Joinville	Profª Antônia A. dos Santos	Parciais	1.137	46



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 12/7/11
Assunto: Greve do Magistério, às vésperas da votação, ainda não há consenso		Página: 4 e 5

Joinville	Juracy M. Brosig	Parciais	1.400	52
Joinville	Marli M. de Souza	Parciais	2.200	68
Joinville	Paulo Medeiros	Parciais	850	34
Joinville	Cedup	Parciais	1.300	64
Joinville	João Colin	Parciais	780	32
Joinville	Jorge Lacerda	Parciais	1.400	50
Joinville	Gertrudes B. Costa	Parciais	2.000	74
Joinville	Alícia B. Ferreira	Normais	946	35
Joinville	D. Pio de Freitas	Parciais	722	27
Joinville	Rudolfo Meyer	Parciais	730	42
Lages	Lages	Greve	1.400	32
Lages	Vidal Ramos	Normais	450	25
Lages	Flordardo Cabral	Parciais	750	38
Lages	Lúcia F. Lopes	Parciais	860	54
Lages	Renato R. da Silva	Parciais	1.150	90
Lages	Vidal Ramos Jr.	Parciais	1.600	73
Lages	Aristiliano Ramos	Parciais	1.315	48
Lages	Ceja	Parciais	2.600	25
Lages	Gal. José P. Sombra	Parciais	1.042	47
Lages	Rubens de A. Ramos	Parciais	730	28
Lages	Godofin N. de Souza	Parciais	830	40
Lages	N. Sra. do Rosário	Parciais	800	35
Lages	Zulmira A. da Silva	Parciais	900	35
Morro da Fumaça	Princesa Isabel	Greve	1.063	49
Navegantes	Júlia M. de Souza	Parciais	1.351	52
Palhoça	Governador Ivo Silveira	Greve	1.650	70
Palhoça	Venceslau Bueno	Greve	1.700	30
Palhoça	Vicente Silveira	Parciais	850	23
Palhoça	Professora Urulina de Senna Castro	Parciais	927	31
Palhoça	Professora Benonívio João Martins	Parciais	1.130	70
Palhoça	João Silveira	Greve	1.047	55
Palhoça	Senador Renato Ramos da Silva	Parciais	1.119	44
Palhoça	Dom Jaime de Barros Câmara	Parciais	585	30
Palhoça	Professora Nicolina Trancredo	Parciais	830	40
Palhoça	Henrique Estefano Koerich	Greve	1.000	50
Palhoça	Nereu Ramos	Greve	952	38
Palmitos	Ceja	Normais	840	48
São Francisco do Sul	Santa Catarina	Parciais	870	51
São Francisco do Sul	Felipe Schmidt	Parciais	970	34
São José	Prof. Laércio C. de Andrada	Greve	940	60
São José	N. Sra. da Conceição	Greve	900	60
São José	Cecília R. Lopes	Greve	750	36
São José	Profª Marcília de Oliveira	Parciais	719	34
São José	Wanderley Júnior	Greve	1.400	60
São José	Juscelino Kubitschek	Parciais	1.050	70
Tubarão	Cedup	Greve	1.408	80
Tubarão	Diomício Freitas	Parciais	1.743	80
Tubarão	Dite Freitas	Parciais	1.005	29
Tubarão	Henrique Fontes	Parciais	1.248	48
Tubarão	Martinho A. dos Santos	Parciais	1.240	*



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 12/07/11
Assunto: Colégio vazio na região		Página: 05

Colégios vazios na região

SÃO JOSÉ — O movimento dos estudantes em frente às escolas estaduais da região não foi expressivo. Poucos professores da Grande Florianópolis retornaram às salas de aula ontem. Muitos aguardam as reuniões da categoria hoje e amanhã para decidir o futuro da greve, que, conforme o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), está com mais de 50% de adesão.

Em São José, no Colégio Estadual Wanderley Júnior, somente um professor retornou à sala. Na Escola Básica Américo Vespúcio Prates, a metade dos professores ainda está paralisada. A situação é um pouco diferente na Escola Básica São Miguel, onde somente três, de um total de 26 professores, ainda estão em greve.

No vizinho município de Biguaçu é registrada uma situação semelhante. Na Escola Professora Maria da Glória Veríssimo de Faria, o panorama continua o mesmo: professores e alunos longe das salas de aula.

A EEB (Escola de Educação Básica) Professor Avelino Müller ainda registra oito professores em greve, do sexto ao nono ano. A EEB Professora Maria de Lourdes Scherer confirma situação normal, com aulas.

Reposição usará dias de férias

JOINVILLE — As escolas estaduais da região Norte vão seguir o calendário de reposição acordado com o governador Raimundo Colombo na sexta-feira passada, em Lages, mesmo com a situação de greve ainda mantida pelos professores. A reposição utilizará 10 dias das férias de julho e estenderá o ano letivo para os alunos afetados com a greve até 30 de dezembro, sem aulas aos sábados e sem necessidade da 6ª aula.

As unidades não prejudicadas com a greve seguirão com o calendário regular – recesso de 18 a 29 de julho e encerramento do ano em 16 de dezembro. Para os professores que seguirem na greve, o governo pretende contratar ACT (Admitidos em Caráter Temporário) para que a recuperação não fique comprometida em 2011.

A Gered (gerência regional de educação) em Joinville ressaltou que o plano de reposição foi fruto de um consenso entre as 36 gerências estaduais e o governo. “Muitos pais reclamaram de ter aulas aos sábados, e também decidimos por não ter a sexta aula porque os alunos iriam chegar muito tarde em casa”, explica a gerente regional Heliete Steingraber.

As aulas de recuperação estarão concentradas de 17 a 31 de julho, durante o recesso escolar, e entre os dias 16 e 30 de dezembro. Apesar de não serem usados para reposição de aulas, os sábados servirão para fazer reuniões pedagógicas.

Definições no Norte. Joinville traçou dois calendários. Para escolas não afetadas pela greve, férias a partir de 18 de julho. Para as demais, aula até 30 de dezembro, mas não aos sábados

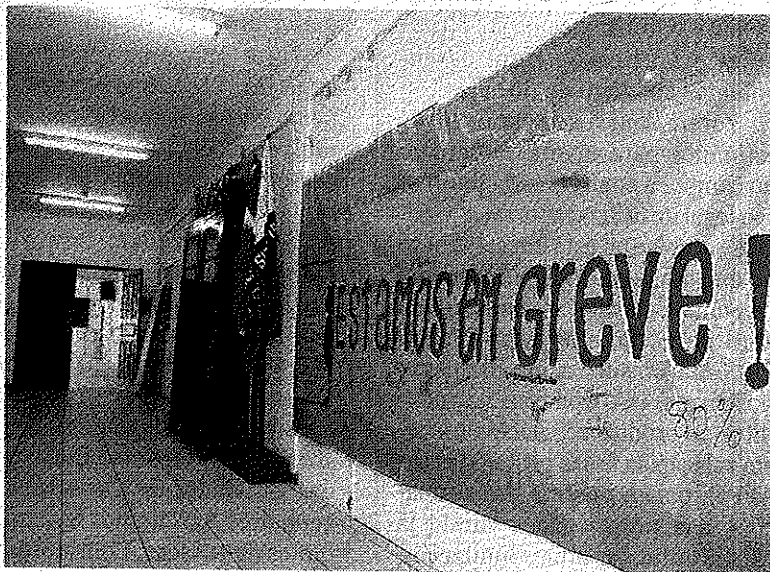


Com aulas parciais, estudantes de Palhoça ficam em casa

PALHOÇA — Ainda que 30 dos 68 educadores do Colégio Estadual Governador Ivo Silveira, no Centro de Palhoça, estejam cumprindo carga horária normal, a ausência da maioria dos 1.600 alunos nas salas de aula causou a suspensão do sistema de especial montado durante a paralisação do magistério. Durante três semanas, os estudantes assistiam a pelo menos duas aulas diárias, paliativo aos poucos abandonado.

A esperança do diretor Ademir Antônio Staheli é de que a situação seja normalizada ainda nesta semana. “Enquanto isso, vamos montar novos horários especiais”, garante ele.

Lamentado a demora nas negociações e o desgaste provocado pela greve, Staheli afirma que o maior problema enfrentado pelos alunos está relacionado com a distância do colégio. Muitos dos 1.635 estudantes moram em bairros como Sertão do Campo, Pinheira e Morretes, todos localizados na região sul de Palhoça.



Cenário. De 68 professores, 30 estão em aula. Maioria dos alunos é afetada

O diretor diz que estudantes do ensino médio, magistério e do curso de administração e gestão comercial já sabem que terão aulas até dezembro. Por esta razão, desistiram de assistir a duas ou três aulas por dia. “De qualquer forma, todo o conteúdo terá de ser repassado

integralmente. Ou seja, assistir duas vezes e gastar com deslocamento não vale a pena eles”, aponta. Staheli lembra que os horários serão novamente ofertados nesta terça-feira, ainda que com apenas um aluno em classe como já registrado e outros dias. (Alessandra Oliveira)



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 12/07/11
Assunto: Segunda de desencontros		Página: 04

Segunda de desencontros

Frustração. Pais levam os filhos para escolas, mas quadro da greve não muda na Capital

FLORIANÓPOLIS — Tumulto nas escolas estaduais marcou o dia de ontem na Capital. Pais e alunos foram aos colégios e retornaram para casa indignados. Declaração do governador Raimundo Colombo, na sexta-feira, indicava o fim da greve dos professores nesta segunda-feira. Com 21,77% de adesão no Estado, segundo levantamento da SED (Secretaria de Estado da Educação), o governo definiu o calendário de reposição das aulas e anunciou a contratação de ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) para substituir os grevistas.

“São incoerências do governo. Ninguém voltou. Ele deu a entender que a greve acabou e fez a população vir para as escolas. Mas explicamos a situação a pais e alunos que vieram”, comenta um dos grevistas da escola Getúlio Vargas, no bairro Saco dos Limões na Capital. Os alunos Jeferson Gonçalves Golini e Wesley Monteiro, ambos de 14 anos e estudantes da 6ª e 7ª série, respectivamente, souberam da volta às aulas pela imprensa e foram conferir.

“Não voltou, mas tinha que saber pra não faltar aula. Isso está sugando as nossas férias. Fico o dia inteiro no notebook e não estudo”, conta Golini.

A preocupação dos estudantes não se compara com a dos pais que há quase dois meses não sabem o que fazer com os filhos. Na escola Hilda Teodoro, na Trindade, mais de 40 alunos compareceram ao colégio e tiveram que voltar para casa. “Muitos pais se programaram para deixar os filhos no colégio, mas não tinha professor”, disse a presidente da APP (Associação de Pais e Professores) da escola, Bárbara Forgearini.

“
Muitos
pais
deixaram
os filhos
no colégio,
mas não
tinha
professor.”

”
**BÁRBARA
FORGEARINI,**
PRESIDENTE DE
APP



Tentativa. Esperança do fim da greve mobilizou os pais

Famílias telefonam para escola em busca de informações

Os corredores do colégio Aníbal Nunes Pires, na região continental de Florianópolis, continuavam desertos nesta segunda-feira. O assessor de direção, Jorge Sartorato Costa explica que, mesmo com alguns professores fora do greve, as aulas ainda estão suspensas. "Cerca de 26 alunos vieram ver se era verdade o que foi falado na televisão. Aqui, dos 35 professores da escola, 25 ainda estão no movimento. Muita gente liga perguntando, mas uma coisa é o governo falar, outra é os professores terem voltado", afirma. A escola tem 600 alunos e chegou a ficar três meses sem professores de algumas disciplinas no começo do ano.

A diretora da escola Pero Vaz de Caminha, também na região continental, comenta que a maioria dos professores já voltaram às salas de aula. "Estamos com sete em greve, dos 31 que temos. Dos 658 estudantes da escola, 217 ainda estão sem aula. Os mais prejudicados são os das séries iniciais, de 1ª a 4ª série", constata.

Muitos deles foram à escola ontem e tiveram que ser colocados em outras turmas para evitar que ficassem na rua.



QUADRO

Na escola Pero Vaz de Caminha, dos 31 professores, sete permanecem em greve

Contratação de ACTs deve ser até amanhã, diz secretário

O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, esclarece que as falas do governador Raimundo Colombo na sexta-feira passada demonstravam os transtornos que poderiam acontecer ontem.

"Nós tomamos a decisão de contratar ACTs na quarta-feira e não haveria como suprir todo esse quadro até segunda. Nossa

intenção é contratar até quarta-feira para locais com falta de poucos professores, como Caçador, no interior do Estado, que tem apenas quatro educadores em greve", diz. Segundo ele, Colombo quer garantir que pelo menos 80% dos alunos da rede possam completar o ano letivo.

"Para escolas como o IEE (Instituto Estadual de Educação), que estão precisando de muitos

professores, teremos que estudar uma alternativa", admite. Tebaldi comentou que o calendário estipulado pelo governo para reposição deveria começar ontem para que os 200 dias letivos pudessem ser alcançados. "Chegaríamos no limite, mas conseguiríamos. Depois disso começa a complicar, porque a reposição pode ir até o ano que vem ou comprometer o ano", destaca.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 12/07/11
Assunto: Dias parados não precisam ser pagos		Página: 03

DIAS

parados não precisam ser pagos

FLORIANÓPOLIS — Decisão da Câmara Especial de Agravo do Tribunal de Justiça desobriga o governo do Estado a pagar os dias parados aos professores que fizeram greve. A medida que saiu na noite de ontem deixa sem efeito decisão contida em liminar proferida pelo juiz Hélio do Valle Pereira que suspendeu os descontos do governo.

Para o procurador-geral Estado, Nelson Serpa, a decisão reforça o argumento principal que não se pode pagar sem serviços prestados. “Para não perder o ano letivo o governo terá que pagar a reposição das aulas. E sem reposição das aulas não pode pagar”.

Embora tenha caráter provisório, essa decisão, a segunda ajuizada pela Procuradoria, livra o governo de uma multa de R\$ 100 mil por dia e ainda da obrigação de rodar folha suplementar devolvendo o desconto dos dias parados. Depois da decisão do TJ que manteve a liminar, a procuradoria recorreu ao STJ (Supremo Tribunal de Justiça).

O procurador informou que o STJ mandou o caso para o STF (Supremo Tribunal Federal) que ainda não se manifestou. Serpa disse ainda que a decisão do TJ estabelece as condições legais para a reposição das aulas. A coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, prevê que a decisão vai provocar mais indignação. “Quando o governo descontou os dias parados houve indignação. Quando ele recorreu da suspensão determinada pela Justiça também houve muito protesto”.

Paralisação.
Fortalecer a greve
tem sido a estratégia do
Sinte desde que
a assembleia
estadual, realizada em
Florianópolis, decidiu pela
continuidade
do movimento

Assembleia não autoriza som

Os grevistas se concentraram inicialmente no salão de entrada do Palácio Barriga Verde, onde esperavam dar encaminhamentos da assembleia. Tiveram que mudar os planos porque o som não foi autorizado. A concentração dos grevistas foi transferida para o lado de fora para utilizar equipamentos de som do sindicato. Segundo a Casa Militar da Assembleia, o salão foi tomado por cerca de 200 grevistas. Na lista de presença foram contadas 238 pessoas.



Ponticelli. "Precisamos votar"

Relator quer colocar projeto em votação

Se os deputados não aprovarem nesta semana o projeto de lei complementar 26, que contém a última proposta salarial aos professores, o governo do Estado ficará sem respaldo jurídico para rodar a folha de pessoal deste mês.

Sem a lei aprovada, o governo terá que lançar na folha dos professores os valores de março, sem o piso nacional da categoria julgado favorável pelo STF em 16 de abril. Os deputados têm apenas três dias antes do recesso que começa a partir de sexta-feira.

O relator da matéria, deputado Joares Ponticelli (PP), afirmou ontem que quer colocar o projeto em apreciação antes do início do recesso. "A sociedade não suporta mais essa situação. Precisamos resolvê-la essa semana, antes do recesso". Ele assegurou que apresenta hoje o

relatório final.

O governo do Estado possui ampla maioria, mas para votar o projeto nessa semana não pode prescindir de acordo para que os deputados não peçam vistas e nem apresentassem emendas durante a tramitação da matéria. Na manhã desta terça-feira tem reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), mas o projeto não estava na pauta. O presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), disse que o projeto está dentro do prazo regimental.

No fim da semana passada ficou combinado entre os líderes de bancadas na Assembleia que somente votariam o projeto se a greve dos professores terminasse. Esse acordo continua valendo, mas dentro de um clima de dúvida e incertezas que possa ir à votação nesta semana.

Análise das tabelas

O professor Rodrigo Leffa fez cálculos comparando duas tabelas salariais, a do MEC e a do governo contida no PLC e identificou diferenças gritantes. Segundo ele, professor do nível 7 (curso superior) perde até R\$ 1 mil e do nível 12A (com doutorado) em torno de R\$ 1,2 mil se for aprovada a proposta do governo. Em greve, o professor diz que o projeto do governo simplesmente achatava com o plano de carreira do magistério. O professor Fábio Felipe. Com pós-graduação, disse que seu salário é de R\$ 2 mil mensais para dar 40 horas semanais e aulas em 20 turmas. Os grevistas reivindicam o piso nacional aplicado na carreira e não apenas no salário-base como está na proposta do governo.

Reuniões e articulações políticas

A segunda-feira foi de intensa movimentação política e nenhuma definição quanto à votação do projeto. Parte dos deputados governistas dá sinais que andam divididos, inseguros para votar a matéria. O presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merísio teve várias reuniões com os deputados e recebeu no gabinete o chefe da Casa Civil, Antonio Ceron. No fim do dia Merísio informou estar costurando um acordo entre os líderes das bancadas: "Existe um esforço para colocar em votação. Mas não vou atropelar o regimento e nem a tradição desta Casa só porque é matéria do governo".

Os professores em greve estão mobilizados contra projeto de lei complementar 26 porque consideram ele significa o desmonte do Plano de Carreira do Magistério, construído ao longo de décadas de mobilização e greves. O projeto encaminhado pelo governo dia 7 de julho, modifica o valor de vencimentos, altera gratificações, absorve e extingue vantagens salariais dos membros do Magistério.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Destaque	Data: 12/07/11
Assunto: As três realidades da greve		Página: 04

As três realidades da greve

Deputados tentam acordo para votar a proposta do Executivo. Na Justiça, governo consegue direito de descontar dias parados. Enquanto isso, nas escolas...

O projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário dos professores conforme a proposta apresentada pelo governo em 3 de julho será votado, hoje, pelos deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, que ainda não demonstraram um consenso. Com acordo, deve ser encaminhado amanhã para votação em plenário. Caso contrário, o projeto só retorna à votação após o recesso, em agosto.

Na última quinta-feira, os líderes dos partidos e o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, decidiram que votariam o PLC antes do recesso, se hou-

vesse um entendimento de que ele foi bem aceito pelos professores. O indicativo seria a volta dos docentes ao trabalho. Em circunstâncias normais, um projeto de lei pode levar meses para ser votado. "Havendo acordo, a gente teria condições de encaminhar o projeto para plenário na quarta-feira (amanhã). Eu realmente gostaria que ele fosse aprovado", disse o presidente da casa.

Merisio informou ainda que hoje deve haver uma reunião entre os líderes, antes da votação na CCJ. O relator do processo será o deputado Joares Ponticelli (PP), que não tinha um parecer. Ele informou que está estudando o projeto, e ouvindo várias pessoas.

O deputado Dirceu Dresch (PT), que faz parte da CCJ, acredita que não há condições para aprovar o projeto, porque ele não foi aceito pelos professores. "Se aprovarmos, não terá mais negociação. Não há um acordo entre professores e governo, e nós do PT não concordamos que os deputados tenham que assumir essa responsabilidade", disse.

As vésperas da votação, em uma assembleia regional unificada, entre professores de Florianópolis e São José, ontem, na entrada da Assembleia, os grevistas prometeram pressionar os deputados para não aprovarem o

projeto, porque ele altera o plano salarial. Eles vão passar o dia de hoje na Assembleia.

Outra decisão, que pode mexer com a votação na CCJ, saiu no final da tarde de ontem. O desembargador Rodolfo Tridapalli, do TJSC, suspendeu a resolução do juiz Hélio do Valle Pereira, que determinou o pagamento dos descontos, feitos no salário dos grevistas. A liminar foi questionada, na semana passada, pelo Estado no TJSC e no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Com isso, o governo pode descontar os dias parados. O mérito da ação não foi julgado.



A tramitação

Em circunstâncias normais

- O projeto é votado na Comissão de Constituição e Justiça.
- Se aprovado, vai para as comissões de Finanças e de Educação ou de Serviço Público.
- Caso uma das comissões sugira emendas, o projeto volta à CCJ.
- Depois, vai para a votação em plenário, onde precisa 21 votos.
- O processo pode levar meses.

Com acordo

- O projeto é votado na CCJ.
- Depois, é analisado numa sessão conjunta das outras comissões.
- É encaminhado para o plenário, onde precisa receber 21 votos.



Havendo acordo, a gente tem condições de encaminhar o projeto para plenário na quarta. Eu realmente gostaria que ele fosse aprovado.

GELSON MERISIO, presidente da Assembleia Legislativa de SC

Em cada escola, uma realidade

Equipes do Grupo RBS visitaram ontem 41 das 99 escolas da rede estadual da abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Joinville e Jaraguá do Sul. Em Joinville, foram visitadas 26 escolas e nenhuma delas estava completamente sem aula. Por outro lado, apenas o Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) tinha 100% das aulas normalizadas. Conforme estimativa da Gerência Regional de Educação (Gerred), a paralisação nas 70 escolas estaduais de Joinville e outras sete cidades da região tem a participação de 332 professores. “É a informação que recebemos das direções de todas as escolas de nossa abrangência”, explica a gerente de Educação, Heliete Steingraber.

A quantidade de grevistas, segundo a coordenadora do Sinte, Clarice Erhardt, gira em torno de 300 a 400 professores. “Não tenho os números fechados ainda, mas é algo próximo de 20%”, afirma. A estimativa do sindicato, no começo do mês, era de pelo menos metade dos professores em greve.

Retornos no Oeste, greve em Lages

Das 14 escolas visitadas em Chapecó, dez voltaram às aulas normalmente ontem de manhã. Só uma está com todos os professores parados. O sindicato regional havia votado pela volta às salas de aula, mas a decisão do estadual pela paralisação dividiu professores.

O professor Jair Fulbr, de Maravilha, resolveu esperar a decisão do estadual, mas confessa que faltam argumentos para continuar com a greve. “Os professores que voltaram para sala continuam indecisos.” Na regional de Maravilha, 80% das escolas retornaram às aulas e, em Concórdia, todas voltaram.

Em Lages, dos 570 profissionais das 13 maiores escolas estaduais, 112 não haviam retomado as atividades ontem. Em 11 escolas, o funcionamento é parcial. Na Escola Básica de Lages (com 1,4 mil alunos), não há aula desde 18 de maio.

Alunas do 2º ano do ensino médio, as amigas Jhenifer de Liz, 15 anos, e Mayara Pereira, 16, entendem a greve, porém não escondem a preocupação. Continuam estudando, mas dizem que “a escola está fazendo falta.”

160 unidades visitadas em um turno

O Grupo RBS apurou ontem que 62% das escolas estaduais visitadas em Santa Catarina estão tendo aulas parcialmente. Os repórteres do grupo estiveram em 160 unidades de ensino ontem pela manhã.

Das escolas estaduais visitadas pelos repórteres do Grupo RBS em Santa Catarina, 11 haviam retomado as aulas normalmente, 30 continuavam em greve e 99 tinham parte dos professores em greve e outra

parte trabalhando. No total, Santa Catarina tem 1.350 unidades de ensino ligadas à Secretaria Estadual de Educação.

O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi (PSDB), diz que o governo ainda não tem os números oficiais do retorno às salas de aula, mas trabalha com uma estimativa de que 80% das escolas estejam com as atividades normalizadas.

“Na Grande Florianópolis e na região Sul, temos uma maior

adesão à greve, mas no restante do Estado a situação está quase normalizada. Estimamos em 80% o total de escolas com aulas”, disse o secretário.

O movimento grevista tem se mostrado mais forte na região Sul do Estado. Em Criciúma, por exemplo, das 17 escolas visitadas, 14 estavam sem aulas e só uma funcionava integralmente. Na Capital, São José, Palhoça e Biguaçu, na Grande Florianópolis, 14 das 21 escolas não tinham

professores para lecionar. Em Joaçaba, a situação é diferente. Todas as 11 escolas visitadas estavam funcionando integralmente.

A orientação do governo do Estado é para que os alunos retornem às aulas. Nas escolas em que parte dos professores permanece em greve, a Secretaria de Educação anunciou que vai contratar professores temporários (ACTs). Nos locais onde 100% permanecerem em greve, o governo promete analisar separadamente.



Retorno está sendo gradativo

A cena nas escolas estaduais de Joinville ontem era de retorno gradativo do professores grevistas às salas de aula. Mesmo com a decisão do Sinte de manter a greve, os educadores começaram a voltar ao trabalho desde a sexta-feira. O número de paralisados ainda se mantém suficiente para garantir atendimento parcial.

Na Escola de Educação Básica Alicia B. Ferreira, no Profipo, os serviços integrais começaram a ser retomados ontem. O único professor grevista retornou ao trabalho. Segundo a diretora, Marli Dietrich da Rosa, as aulas ficaram praticamente

normais durante toda a greve.

Em outras escolas, onde ainda está mantida a paralisação, a expectativa é de que a greve acabe ainda nesta semana. Iria Stoeberl, diretora da Escola Dom Pio de Freitas, no Floresta, estava na expectativa de que todos os professores retornassem ao trabalho ontem. O que não aconteceu. Mesmo assim, cinco voltaram para as salas.

“Alguns pais sempre estão ligando ou vêm perguntar. Passamos o dia inteiro explicando quais aulas têm. Mas tem gente que não busca informação e não está mandando os filhos”, diz a diretora da Escola João Co-

lin, no Itaum, Marlene Reis.

O aposentado José Cideral, 74 anos, aproveitou a manhã de ontem para ver se haveria aula para a filha Daniela, de 16 anos, que há mais de uma semana não vai para a Escola Jorge Lacerda, no Guanabara, por falta de aulas. A estudante cursa o ensino médio.

“Estou também com uma neta em casa que está sem aulas. Elas só ficam no computador. Vim aqui saber como está a situação.” Hoje, logo cedo, Daniela deve retornar aos estudos, mesmo que algumas aulas continuem vagás até que todos os professores voltem da greve.

SÃO FRANCISCO MANTEVE ALUNOS EM SALA ESCOLAS COM ATENDIMENTO PARCIAL

A Escola Santa Catarina, no Centro de São Francisco do Sul, foi uma das que menos sofreram com a greve dos professores. Segundo o diretor Jucélio de Camargo, a adesão à greve chegou a no máximo 5% durante todo o período. Ontem, dos 51 professores, apenas três mantiveram a greve. “Temos uma tranquilidade maior para montar o calendário por causa disso”, disse o diretor, avisando também que, mesmo assim, os alunos terão aula durante o recesso escolar. Durante a greve, nenhum aluno precisou ser dispensado. E para completar as aulas faltantes, principalmente nas disciplinas de biologia, história e matemática, foram feitas várias atividades extracurriculares. “Fizemos olimpíadas, projetos, apresentações de teatro e coral e ajustamos algumas turmas. Ninguém ficou sem atividade”, disse a assistente-técnica pedagógica Carmem Bortolozzo.

Na zona Leste de Joinville, todas as escolas da rede estadual visitadas mantiveram as aulas parciais nesta segunda-feira. A Escola Estadual Básica Presidente Médici, no bairro Boa Vista, já estuda um calendário de reposição para as aulas perdidas com estes mais de 50 dias de greve. Na unidade, oito dos 60 professores não retornaram. Mesmo assim, os alunos não foram dispensados. “Já estamos aproveitando para repor as aulas dos professores que retornaram”, explica a diretora Valquíria Hostin. Mesmo pensamento adotado pela Escola Annes Gualberto, no bairro Iriiriu. Durante toda a greve, a escola chegou a ficar sem 31 professores e a operar em horário especial para tentar amenizar os prejuízos no calendário escolar dos alunos. Nesta segunda-feira, apenas dois professores ainda não tinham retornado. A expectativa da direção é de que a greve termine ainda nesta semana.

RETORNO QUASE TOTAL EM JARAGUÁ

A maioria das escolas estaduais de Jaraguá do Sul retornou às atividades. Na Escola Elza Granzotto Ferraz, na comunidade Santa Luzia, nove dos 15 professores estão parados. A falta de docentes afugentou os estudantes. Dos 473 alunos, apenas 195 foram às aulas. Na Escola Holando Marcelino Gonçalves, todos os servidores retornaram às atividades. A maioria havia voltado às salas de aula há duas semanas. Os 795 alunos estão com atividades normais. O professor de matemática e física do ensino médio Pedro Amâncio Ranghetti ficou 28 dias em greve. Resolveu voltar porque percebeu que os alunos do último ano teriam dificuldades por causa das provas do vestibular e Enem. “Não sou favorável à greve, mas aderi porque a causa é justa. Quando vi que estava longa demais e os estudantes iriam ficar prejudicados, resolvi voltar. Mais por causa deles”, justificou. O Sinte confirma que houve redução no número de grevistas, mas ressalta que não houve o término da paralisação.



A situação de cada escola visitada

NO NOME DAS ESCOLAS: AULAS PARCIAIS, AULAS TOTAIS

JOINVILLE

■ Boa Vista

EEB Presidente Médici
3ª série do fundamental ao médio
1.300 alunos
60 professores
8 continuam em greve

■ Jardim Iriirú

EEB George Keller
1º ano ao ensino médio
1.142 mil alunos
47 professores
4 continuam em greve

■ Iriirú

EEB Annes Gualberto
1º ano ao ensino médio
1.200 alunos
50 professores
2 continuam em greve

EEB Doutor Tufi Dippe
1º ano ao ensino médio
1.206 alunos
52 professores

1 professor continua em greve

■ Aventureiro

EEB Professor João Rocha
1º ano ao ensino médio
1.120 alunos
56 professores
19 continuam em greve

EEB Professora Jandira D'Ávila

1º ano ao ensino médio
1.040 alunos
42 professores
6 continuam em greve

EEB Professora Maria Amin Ghanem

1º ano ao ensino médio
1.099 alunos
46 professores
9 continuam em greve

■ Jardim Paraíso

EEB Deputado Nagib Zattar
Ensino médio
785 alunos
20 professores
5 continuam em greve

■ Santo Antônio

EEB Giovanni Pasqualini
1º ano ao ensino médio
756 alunos
43 professores
14 continuam em greve

■ Costa e Silva

EEB Arnaldo Moreira Douat
1º ano ao ensino médio
805 alunos
46 professores
13 continuam em greve

Escola Conselheiro Mafra

Ensino fundamental e médio
560 alunos
36 professores
2 continuam em greve

Escola Prof. Antônia A. dos Santos

Ensino fundamental e médio
1.137 alunos
46 professores
15 continuam em greve

■ Paranaguamirim

EEB Juracy Maria Brosig
Ensino fundamental e médio
1.400 alunos
52 professores
4 continuam em greve

EEB Marli Maria de Souza

Ensino fundamental e médio
2.200 alunos
68 professores
11 continuam em greve

■ Adhemar Garcia

EEB Paulo Medeiros
Ensino fundamental e médio
850 alunos
34 professores
3 continuam em greve

■ Itaum

Cedup Dario Salles
Ensino técnico
1.300 alunos
64 professores
15 continuam em greve

EEB João Colin

Ensino fundamental e médio
780 alunos
32 professores
11 continuam em greve.

■ Guanabara

EEB Jorge Lacerda
Ensino fundamental, médio e magistério
1.400 alunos
50 professores
9 continuam em greve.

■ Petrópolis

EEB Gertrudes Benta Costa
Ensino fundamental e médio
2.000 alunos
74 professores
3 continuam em greve.

■ Profipo

Escola de Educação Básica
Alicia B. Ferreira
Ensino fundamental e médio
946 alunos
35 professores
Não há professores em greve

EEB Cons. Astrogildo Odon Aguiar

1ª série ao ensino médio
52 professores
1.296 alunos
Não há professores em greve

ARAQUARI

EEB Prefeito Higino Aguiar
5ª Série ao Ensino Médio
1.100 alunos
36 professores
Não informado.

EEB Almirante Boiteaux

3ª série ao ensino médio
1.140 alunos
33 professores
8 continuam em greve.

SÃO FRANCISCO DO SUL

EEB Santa Catarina
8ª Série e ensino médio
870 alunos
51 professores
12 continuam em greve

EEB Felipe Schmidt

3ª série e ensino médio
34 professores
970 alunos
10 continuam em greve

■ Floresta

EEB Dom Pio de Freitas
Ensino fundamental e médio
722 alunos
27 professores
9 continuam em greve.

EEB Rudolfo Meyer

ensino fundamental e médio
730 alunos
42 professores
3 continuam em greve.

BARRA VELHA

EEB David Pedro Espíndola
2ª série ao ensino médio
49 professores
851 alunos
Não há professores em greve

■ Pirabeiraba

EEB Olavo Bilac
1º ano ao ensino médio
945 alunos
40 professores
4 continuam em greve

■ Centro

Escola Governador
Celso Ramos
Ensino médio
1.100 alunos
59 professores
12 continuam em greve

Centro de Ed. de Jovens e Adultos

Ensino fundamental e médio
1.578 alunos
27 professores
Não há professores em greve

JARAGUÁ DO SUL

Centro de Ed. de Jovens e Adultos
14 professores
900 alunos
2 continuam em greve

Escola Prof. José Duarte Magalhães

Ensino fundamental e médio
14 professores
900 alunos
2 continuam em greve

Escola Estadual Julius Karsten

Ensino fundamental e médio
50 professores
978 alunos
4 professores contiuam em greve

Escola Estadual Abdon Batista

Ensino fundamental e médio
40 professores
1.120 alunos
15 continuam em greve

Escola Estadual Professora Lilia

Ayroso Oeschler
Ensino fundamental e médio
850 alunos
34 professores
4 continuam em greve

Escola Holando Marcellino Gonçalves

Ensino fundamental e médio
795 alunos
32 professores
Não há professores em greve

Escola Estadual Roland Harold

Dornbusch
Ensino fundamental e médio
800 alunos
22 professores
5 continuam em greve

Escola Estadual Elza G. Ferraz

Ensino fundamental e médio
473 alunos
15 professores
9 continuam em greve

GUARAMIRIM

Escola Estadual Lauro Zimmermann

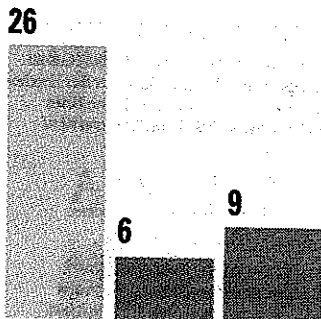
Ensino fundamental e médio
960 alunos
34 professores
11 continuam em greve



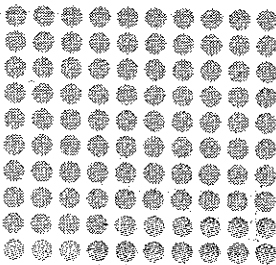
A situação em

JOINVILLE SÃO FRANCISCO, ARAQUARI, BARRA VELHA E BARRA DO SUL JARAGUÁ E GUARAMIRIM

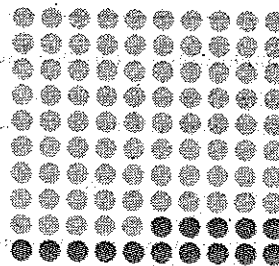
Escolas visitadas



Professores em greve nas escolas visitadas



ou 182 dos 1.148 professores



ou 33 dos 219 professores

Escolas visitadas no Estado

Florianópolis, 15 escolas

Parciais	11
Greve	4

Palhoça, 11 escolas

Parciais	6
Greve	5

São José, 6 escolas

Parciais	2
Greve	4

Criciúma, 17 escolas

Parciais	2
Greve	14
Retornaram	1

Tubarão, 5 escolas

Parciais	4
Greve	1

Biguaçu, 3 escolas

Parciais	2
Retornaram	1

Blumenau e região, 24 escolas

Parciais	19
Retornaram	5

Joaçaba e região, 11 escolas

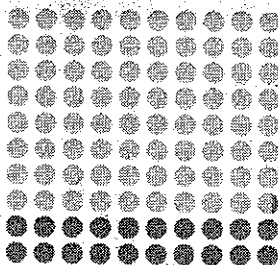
Retornaram	11
------------	----

Chapecó, 14 escolas

Parciais	5
Retornaram	8
Greve	1

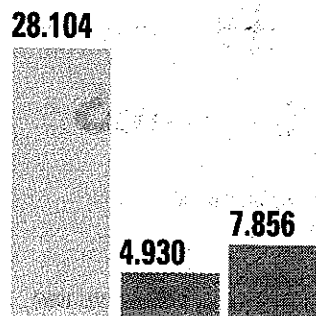
Lages, 13 escolas

Parciais	11
Retornaram	1
Greve	1



ou 52 dos 255 professores

Número de alunos





CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 12/07/11
Assunto: Semana decisiva na educação		Página: 06

Semana decisiva na educação

O governo do Estado não está mais obrigado a pagar os dias parados aos professores, enquanto estiverem em greve. A decisão anunciada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ontem à tarde, recoloca as coisas nos seus devidos lugares. A greve é legítima, assim como é legítimo ao governo descontar os dias parados dos salários dos grevistas. Com isso, temos um elemento novo e uma grande possibilidade de encerramento da greve iniciada em 18 de maio.

Se a greve que está completando dois meses chegar ao fim, como esperam pais e alunos, haverá um esforço de todos os envolvidos para garantir o repasse dos conteúdos e o cumprimento do calendário letivo. Caso contrário, o ano estará virtualmente perdido, pois não haverá mais datas para que o programa seja cumprido na íntegra até o fim de dezembro.

Uma demonstração de que a situação está chegando no limite tolerável foram os desentendimentos observados nesta segunda-feira em todo o Estado. Muitos estudantes se dirigiram às escolas, crenças no anúncio do governo de que as aulas seriam retomadas, mesmo diante do impasse criado pela recente assembleia geral da categoria. Em boa parte dos casos, não havia professores suficientes e nem os estabelecimentos estavam com as portas abertas.

O momento, se o bom senso prevalecesse, seria de ponderação. Sabe-se que os próprios professores já estão incomodados com o imbróglio em que se transformou a queda de braço com o Estado. Por que, então, não voltar às salas e negociar um calendário de reposições ao longo dos próximos meses?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 12/7/11
Assunto: Impasse (1), Impasse (2), À arena, Na prática		Página: 12

O impasse (2)

O projeto só chega em plenário se a CCJ votar pela admissibilidade e der condições para ser votado, no máximo, até amanhã em plenário. Mesmo entre os governistas há deputados que acreditam que a oposição está certa em um ponto: o pepino ficou com a Assembleia, que entra em recesso, na prática, nesta quinta-feira.

Se não votar, o que atende o pedido dos professores em greve e do Sínte, haverá um hiato jurídico, pois o Estado não cumprirá o piso nacional da categoria. Se votar, respalda o projeto do Centro Administrativo em cima de valores que não acabaram com o movimento no magistério.

A arena

O Palácio Barriga Verde será o ponto de convergência. Com a decisão do desembargador Rodolfo Tridapalli, do TJ, que, no final da tarde de ontem, concedeu um recurso ao governo do Estado, que impede o cumprimento da liminar concedida em 1º grau, os dias parados dos professores em greve continuam sendo descontados.

O Centro Administrativo ganhou fôlego com o agravo de instrumento.

Na prática

O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, disse que o governo quer pagar os dias parados com a reposição das aulas por parte dos professores. O governo havia feito a rodagem da folha suplementar, operação concluída na sexta-feira.

Serpa esclarece que o governo não se nega a pagar, desde que feita a reposição pelos professores.

Mais perto

O senador Paulo Bauer se encontrou, ontem, com o deputado Marcos Vieira. Os dois estavam em lados opostos na última eleição para o diretório estadual tucano. A ordem, agora, é reaproximação.

Bauer quer ficar mais forte para colocar o nome ao governo, em 2014. No primeiro movimento, lançou Leonel Pavan à prefeitura da Capital. Entenderam?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 12/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Magistério dividido

A divisão do magistério catarinense não ficou evidenciada apenas na semana passada, com a realização das assembleias regionais. O resultado mostrou que 17 regionais eram pela suspensão da greve e 11 deliberaram pela continuidade. O Oeste votou pela volta às aulas, enquanto que o Litoral, pelo prosseguimento da paralisação. Na assembleia estadual prevaleceu, contudo, a tese derrotada nas regionais. A distância física foi apontada como uma das razões da virada. Os professores com posição mais rigorosa a favor da greve compareceram em número muito maior, porque moram e trabalham em Florianópolis, bem mais próximos do que os grevistas do Oeste.

O racha ficou claro no levantamento feito pelos veículos do Grupo RBS neste início de semana. É aritmético pelo número de escolas que estão paradas e as que restabeleceram as atividades escolares. Na assembleia regional realizada na entrada do Palácio Barriga Verde, outro sinal inequívoco do fracionamento do magistério. O *Boletim nº 7/2011 do Conlutas* evidenciou a fratura exposta. Ali, a disputa trava-se entre os professores ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), identificada com o PT, e os líderes da Conlutas, a Central Sindical e Popular, controlada por representantes do PSTU, e que, segundo seus dirigentes, tem também sindicalistas do PC do B, dissidências da CUT e PT.

No boletim, a Conlutas critica a forma política como a direção estadual do Sinte conduziu as negociações com o governo do Estado. Um texto intitula-se *A maioria da direção do Sinte/SC (CUT) não está encaminhando a continuidade da greve*. Acusa o Sinte de “desmobilizar a categoria ao afirmar, nas suas regionais e na imprensa, que houve muitos avanços na proposta”. Prega mudanças: “Comecem a construir uma nova direção para nossas lutas”. O boletim publica a nominata da diretoria do Sinte, indicando que 11 dirigentes são da CUT e seis da Conlutas.

VOTAÇÃO

O relator do projeto de lei complementar do piso, deputado Joares Ponticelli, do PP, pretende concluir seu parecer esta manhã. Está em reunião permanente com os assessores. O relatório será pela aprovação da mensagem governamental.

– Não há como não reconhecer que o governo transigiu, que ocorreram avanços e que o Executivo chegou ao limite. A maioria das assembleias regionais já decidiu pela volta das aulas. A greve não tem mais razão para continuar – afirmou.

Nos bastidores da Assembleia, há indicativos de que o projeto seja aprovado. A maioria governista tem dado demonstrações de que não há alternativas para manter os salários nos mesmos níveis e acima dos que foram pagos em junho. O líder Elizeu Mattos alega que o governo ficou sem respaldo jurídico para rodar a folha e que a autorização só pode vir agora com o projeto aprovado. Descartou totalmente uma nova medida provisória. Outra leitura feita no Centro Administrativo: a aprovação do projeto vai enfraquecer a mobilização do magistério. Os professores decidiram manter a greve com disposição de manter a crise no cenário político. O comando de greve tem reunião esta manhã na Assembleia. Começa a pressionar os deputados já na Comissão de Justiça.

A Secretaria da Educação passou a exigir a presença dos professores em sala de aula. Algumas medidas adotadas foram criticadas na assembleia regional de Florianópolis. Uma delas condenava a decisão do Instituto Estadual de Educação de considerar aula dada a sala que tivesse ao menos um aluno presente. Anunciam mais resistência. O magistério recebeu uma ducha de água fria com a decisão do juiz de segundo grau Rodolfo Tridapalli, revogando a liminar que mandava o governo devolver os descontos salariais dos grevistas. Acolheu agravo de instrumento impetrado pela Procuradoria Geral do Estado.



CLIPPING

Veículo: http://www.adjorisc.com.br/	Editoria: Geral	Data: 12/7/11
Assunto: Estado avança na contratação de ACTs pode descontar dias parados dos professores		Página: Online

Estado avança na contratação de ACTs e pode descontar dias parados dos professores grevistas

A Secretaria de Educação liberou ontem (11) o sistema para o cadastro das vagas às regionais

Diante da decisão do comando de greve de levar adiante a paralisação do magistério, que já completou 55 dias, o Governo do Estado definiu que as secretarias regionais terão autonomia para realizar o levantamento de quantos professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) será preciso contratar para normalizar as aulas e cumprir o calendário escolar.

"Os gerentes regionais realizarão encontros sistemáticos com os diretores de escola para definir quantos professores e quais matérias estão sendo prejudicadas", informou a diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação (SED), Elizete Mello.

Ontem, dia 11, o comando de greve do magistério de Florianópolis e São José esteve reunido hall da Assembleia Legislativa para deliberar sobre a paralisação da classe e solicitar aos parlamentares que não votem o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 26, de autoria do Poder Executivo, que está na Casa para apreciação. A decisão foi pela continuidade do movimento.

Embora o retorno às aulas venha ocorrendo, em especial no Oeste do Estado, o Sindicato da categoria contabiliza 75% das escolas em São José e 70% em Florianópolis sem aulas. O Instituto Estadual de Educação - o maior estabelecimento de ensino da rede pública estadual - ainda não normalizou a situação. Poucos professores retornaram à atividade e os ACTs não dão conta do recado.

A SDR Grande Florianópolis marcou para esta quarta-feira, (13) a reunião de avaliação com os diretores das escolas afetadas com a greve dos professores. A Secretaria de Educação liberou ontem (11) o sistema para o cadastro das vagas às regionais. A contratação de novos ACTs se dará por contrato de 15 dias, automaticamente renovado até a volta dos professores concursados.

Elizete Mello explicou que "quando um professor voltar, o ACT auxiliará na recuperação do aluno e vai trabalhar no reforço das matérias". Os ACTs que têm contrato até o dia 30 de julho e não retornarem as salas de aula serão automaticamente substituídos. Para a Secretaria de Educação são aproximadamente 20% dos professores ainda em greve, principalmente na Grande Florianópolis e no Sul do Estado.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Desconto dos dias parados

O desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Rodolfo César Tridapalli, suspendeu a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, que determinava que o Governo do Estado pagasse os dias parados aos professores que permaneceram por 53 dias em greve. De acordo com o procurador-geral do Estado, Nelson Antônio Serpa, a decisão divulgada no final da tarde desta segunda-feira (11) garante ao Governo descontar os dias parados dos magistrados.

Reposição de aulas

O Governo do Estado já definiu a reposição de aulas para cumprimento do calendário escolar, que acontecerá até 30 de dezembro e utilizará 10 dias do recesso escolar, sem aulas aos sábados. Para as escolas que não participaram do movimento grevista, o calendário escolar continua o mesmo: recesso de 18 a 29 de julho e encerramento do ano letivo no dia 16 de dezembro.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 12/7/11
Assunto: Projeto que altera salários será votado hoje		Página: Online

GREVE

Projeto que altera salários será votado hoje

FLORIANÓPOLIS - O Projeto de Lei Complementar (PLC) que altera o salário dos professores, conforme a proposta apresentada pelo governo em 3 de julho, será votado hoje pelos deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, que ainda não demonstraram consenso. Com acordo, ele deve ser encaminhado amanhã para votação. Caso contrário, o projeto só retorna à votação depois do recesso da casa, que começa dia 15 e vai até agosto.

Quinta-feira, os líderes dos partidos e o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, decidiram que votariam o PLC antes do recesso, se houvesse entendimento de que ele foi bem aceito pelos professores. O indicativo seria a volta dos docentes ao trabalho.

? Havendo um acordo, a gente teria condições de encaminhar o projeto para plenário quarta-feira (amanhã). Eu realmente gostaria que ele fosse aprovado ? afirmou o presidente da casa.

Merisio informou ainda que hoje deve haver uma reunião entre os líderes, antes da votação na CCJ. O presidente da comissão, Romildo Titon, também é favorável à votação do projeto, mas observou que se algum deputado pedir vista, irá conceder.

O deputado do PT, Dirceu Dresch, que faz parte da CCJ, acredita que não há condições para aprovar o projeto, porque ele não foi aceito pelos professores.

? Se aprovarmos, não terá mais negociação. Não há um acordo entre professores e governo, e nós do PT não concordamos que os deputados tenham que assumir essa responsabilidade ? declarou.

Outra decisão que pode mexer com a votação na CCJ saiu no final da tarde de ontem. O desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Rodolfo Tridapalli, suspendeu a resolução do juiz Hélio do Valle Pereira, que determinou o pagamento dos descontos, feitos no salário dos grevistas. A liminar foi questionada pelo Estado no TJSC e no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Com isso, em caráter provisório, o governo pode continuar descontando os dias parados dos grevistas. O mérito da ação, que pediu a suspensão dos descontos, não foi julgado.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 12/7/11
Assunto: Dia de reencontro		Página: Online

GREVE

Dia de reencontro

Com menos professores paralisados, aos poucos estudantes voltam às aulas

A manhã de ontem começou diferente para os 1.215 alunos da Escola de Educação Básica Pedro II, no Centro. Depois de 54 dias em casa, os estudantes puderam voltar à escola, reencontrar os amigos e retomar as aulas, paralisadas desde 18 de maio, quando os professores do Estado entraram em greve. O mesmo não ocorreu na Escola de Educação Básica Hercílio Deeke, na Velha. Lá, estudantes da 6ª série ao 3º ano do Ensino Médio continuam sem aulas porque 19 dos 51 professores permanecem em greve. Em todo o Estado, as aulas estão sendo aos poucos retomadas. Um levantamento feito pelo Grupo RBS nas 160 maiores escolas de Santa Catarina apontou ontem que em 99 as aulas são parciais, 31 voltaram ao normal e 30 ainda estão em greve.

O encerramento da greve depende da votação na Assembleia Legislativa, prevista para hoje, do Projeto de Lei Complementar que altera o salário dos professores. Os deputados, no entanto, ainda não entraram em consenso. Outra decisão que interfere no movimento grevista é a suspensão, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da resolução que determinou que o Estado pagasse aos professores os dias parados. Com isso, o governo pode descontar dos docentes o período de greve.

Em Blumenau, as aulas ocorrem normalmente em pelo menos três escolas estaduais e outras oito atuam parcialmente. Nas escolas que não estão com o quadro de professores completo, as aulas estão mantidas porque o número de grevistas é baixo. De acordo com o diretor do Pedro II, Jadir Booz, dos 64 professores e servidores, sete não retornaram ao trabalho. Seis deles são professores que lecionam Biologia, Geografia e Língua Portuguesa para turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na Escola de Educação Básica Luiz Delfino, só o professor de História do Ensino Médio não está trabalhando. Os outros 63 já voltaram ao trabalho.

A preocupação maior é com a Hercílio Deeke. Até semana passada, nenhum dos 1,6 mil estudantes tinha aula. Quinta-feira, os que estudam do 1º ao 5º ano voltaram às aulas. Os de 6ª série ao 3º ano do Ensino Médio permanecem em casa. Conforme a direção, tentou-se montar um calendário diferenciado, para que os alunos pudessem ter aulas com os professores que não aderiram ao movimento, mas não deu certo.



Na Escola de Educação Básica Professor Heriberto Joseph Muller, os 1.150 alunos dos ensinos Fundamental e Médio tiveram aulas ontem, mas hoje não haverá aulas. Dos 44 professores da escola, 34 decidiram retomar a greve. Dez optaram, desde maio, por não aderir ao movimento.

A TRAMITAÇÃO

Em circunstâncias normais

- O Projeto de Lei Complementar que altera os salários dos professores é votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a constitucionalidade do projeto
- Se aprovado, é analisado pelas comissões de Finanças e de Educação ou de Serviço Público
- Caso as comissões proponham emendas e alterações, o projeto volta à CCJ
- Depois vai para a votação em plenário, onde precisa receber 21 votos. Esse processo pode levar meses

Com acordo

- O projeto é votado na CCJ
- Depois, é analisado numa sessão conjunta das três comissões: Justiça, Finanças, Educação (ou Serviço Público), que pode ocorrer ainda hoje
- Amanhã, é encaminhado para a votação em plenário, onde precisa receber 21 votos

Levantamento estadual feito pelo Grupo RBS em 160 escolas mostra que 31 voltaram às aulas, 99 atendem parcialmente e 30 estão em greve. Veja o placar nos maiores colégios de Blumenau e do Litoral:

MARCOS PORTO

Blumenau

Sem greve

Centro de Educação Profissional Hermann Hering (Cedup)

- Séries: ensinos Médio Integrado e Técnico
- Alunos: 2.454
- Professores: 139

Escola de Educação Básica Emílio Baumgart

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.042
- Professores: 45

Escola de Educação Básica Padre José Maurício

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.185
- Professores: 51

Aulas parciais

Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja)

- Séries: alfabetização, ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: não divulgado
- Professores: 44, incluindo servidores e professores
- Professores em greve: quatro servidores em greve (não foi divulgado quantos são professores)

Escola de Educação Básica Governador Celso Ramos

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.480
- Professores: 66
- Professores em greve: 10

Escola de Educação Básica Luiz Delfino

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.323
- Professores: 68
- Professores em greve: um, que leciona História para o Ensino Médio

Escola de Educação Básica Pedro II

- Séries: ensino Fundamental e Médio
- Alunos: 1.215
- Professores: são 64 servidores, incluindo professores e pessoal que atua na secretaria
- Professores em greve: seis professores, que lecionam Biologia, Geografia e Língua Portuguesa para o Ensino Médio e Ensino Fundamental

Escola de Educação Básica Adolpho Konder

- Séries: ensino Fundamental e Médio
- Alunos: 1.034
- Professores: 44
- Professores em greve: dois, um que leciona Sociologia para o Ensino Fundamental e outro Química, para o Ensino Médio



Dos 39 docentes da Escola M^a da Glória, 29 estão em greve

Escola de Educação Básica Hercílio Deeke

- Séries: ensino Fundamental e Médio
- Quantos alunos: 1.600
- Quantos professores: 51
- Professores em greve: 19, que lecionam de 6^o série ao 3^o ano do Ensino Médio. Do 1^o ao 5^o ano, as aulas estão normais

Escola de Educação Básica João Widemann

- Séries: ensino Fundamental e Médio
- Alunos: 1.980
- Professores: 62
- Professores em greve: dois

Escola de Educação Básica Santos Dumont

- Séries: ensino Fundamental e Médio
- Alunos: 1.589
- Professores: 77
- Professores em greve: três

Balneário Camboriú

Sem aula

Escola Estadual Básica Presidente João Goulart

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.500
- Professores: 78
- Professores em greve: 70% em greve e os outros 30%, apesar de não estarem, não retomaram para as salas de aulas no João Goulart

Aulas parciais

Escola Estadual Básica Professora Maria da Glória Pereira

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1110
- Professores: 39
- Professores em greve: 29

Camboriú

Aulas parciais

Colégio Estadual Professor José Arantes

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.423

- Professores: 55
- Professores em greve: 35

Itapema

Aulas parciais

Escola Estadual Básica Prefeito Olegário Bernardes

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.506
- Professores: 41
- Professor em greve: 1

Itajaí

Aulas parciais

EEB Dep. Nilton Kucker

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.650
- Professores: 64
- Professores em greve: 27

Centro Educacional de Jovens e Adultos (Ceja)

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.790
- Professores: 30
- Professores em greve: 24

Escola de Ensino Médio Victor Meireles

- Séries: Ensino Médio
- Alunos: 1.171
- Professores: 53
- Professores em greve: 8

EEB Dom Afonso Niehues

- Séries: Ensino Médio
- Alunos: 1.145
- Professores: 37
- Professores em greve: 20

Navegantes

Aulas parciais

EEB Júlia Miranda de Souza

- Séries: ensinos Fundamental e Médio
- Alunos: 1.351
- Professores: 62
- Professores em greve: 7

Clipping

CNTE

CE vota projeto que impede dispensa de alunos quando o professor faltar

✦ Data: 12/07/2011
✦ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
✦ Editoria: EDUCAÇÃO
✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A proposta, que receberá decisão terminativa na comissão, quer evitar que crianças e adolescentes liberados pela escola fiquem pelas ruas sem o conhecimento dos pais. Ideia é oferecer conteúdo complementar ao currículo

Escola pública em São Paulo: na ausência do professor, alunos vão receber atividades complementares

Com 18 itens na pauta de votações, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal realiza reunião hoje, às 11h, quando os senadores poderão votar, em decisão terminativa, dois projetos de lei que tratam do setor educacional.

O PLC 43/10 impede que os alunos da educação básica sejam dispensados em caso de falta do professor. De acordo com o projeto, os estudantes devem permanecer na escola e receber atividades complementares.

Relatado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto do então deputado Ayrton Xerez lembra que, fora da escola, os alunos podem ficar expostos aos criminosos, sem conhecimento dos pais, que estão no trabalho. Além disso, longe da escola as crianças são privadas da merenda escolar, fundamental para grande parte dos alunos das escolas públicas.

Adequação técnica

Já o segundo projeto (PLS 235/10), da então senadora Fátima Cleide, inclui a formação dos profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O projeto modifica a Lei 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O texto atual prevê entre os objetivos dos institutos federais "ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos". O projeto inclui os profissionais de educação, docentes e não docentes entre esse público-alvo.

Quando apresentou a proposta, Fátima alegou que o objetivo era atingir as merendeiras, os vigilantes, os porteiros, os auxiliares de secretaria e de biblioteca, os inspetores de alunos e os encarregados da limpeza e de conservação das escolas que, muitas vezes, não têm qualquer formação técnica nem pedagógica para os cargos que ocupam.

Relator na CE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) já apresentou voto favorável.

Clipping

CNTE

Professores boicotam exame que avalia escolas

✦ Data: 12/07/2011
✦ Veículo: O GLOBO
✦ Editoria: RIO
✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Frequência cai e secretário diz que provas de diagnóstico da rede estadual foram até pichadas com palavrões

Ruben Berta

O boicote promovido pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) ao exame bimestral de diagnóstico de desempenho da rede estadual de ensino, o Saerjinho, está causando polêmica entre a entidade e a Secretaria de Educação. O governo alega que muitos profissionais têm incitado alunos a não fazer os exames de português e matemática usando informações incorretas. A direção do Sepe nega, mas admite a campanha contra o teste, que pode durar até o fim do ano letivo. Dados iniciais mostram que a frequência deve cair de 83% nas provas do primeiro bimestre para cerca de 75% no segundo.

- Já sabemos de casos de provas que foram pichadas com palavrões. É uma atitude que um aluno não tomaria sozinho. Recebemos e-mail de uma aluna perguntando se ela receberia alguma sanção por não ter feito a prova que os professores a induziram a não fazer. Também houve casos de mães preocupadas querendo saber por que seus filhos não estavam indo para a aula. Não há sanções para os estudantes, mas os testes são fundamentais para podermos detectar como está a rede e traçar as ações corretivas - afirmou o secretário de Educação, Wilson Risolia.

Sindicato fará nova assembleia hoje

Hoje o Sepe fará uma nova assembleia para definir os rumos da paralisação, que começou em 7 de junho. Os profissionais farão ainda um ato nas escadarias da Alerj, às 11h. Na semana passada, a Justiça proibiu corte do ponto dos grevistas, na condição de que as aulas perdidas sejam repostas, diminuindo os prejuízos para os estudantes.

O boicote ao Saerjinho foi uma das bandeiras levantadas pela entidade durante a greve. O secretário Risolia destacou que o comparecimento de 75% pode ser considerado bom, mas afirmou que seria importante ter um diagnóstico o mais completo possível da rede.

- Houve regiões em que passamos de 90% de presença. Mas em escolas, principalmente na capital, tivemos alguns casos em que nenhum aluno fez os testes. Seria importante termos uma sequência homogênea para sabermos se o currículo mínimo que implementamos está sendo aplicado tanto numa escola da Zona Sul carioca quanto numa unidade do interior - afirma.

Risolia reconheceu que o salário dos professores não é o ideal, mas destacou os esforços em benefícios como os auxílios para transporte e qualificação:

- De 2007 para cá, houve ganho real, acima da inflação. Mas é preciso saber que temos uma rede de 93 mil ativos e 74 mil inativos. Qualquer reajuste causa um impacto muito grande.

O Sepe pede reajuste emergencial de 26% para a categoria. Beatriz Lugão, coordenadora da entidade, reforçou que o boicote ao Saerjinho deve continuar mesmo após um eventual fim de greve:

- É um exame centralizado que não serve para fazer um diagnóstico. São só duas disciplinas e os testes não são formulados por docentes da rede. Como medir a realidade que é diferente para cada escola? Temos unidades cujos alunos não tiveram professor no ano passado ou estão sem professor.

Clipping

CNTE

Ensino médio mais próximo do trabalho (Artigo)

• Data: 12/07/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: TENDÊNCIAS/DEBATES
• Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

HERMAN VOORWALD e JOÃO CARDOSO PALMA FILHO

A educação universal e de qualidade, aliada à formação escolar para o trabalho, é uma influência positiva na inclusão social do jovem

O governador Geraldo Alckmin acaba de dar passos decisivos para fazer da rede estadual de ensino um poderoso vetor da consolidação de São Paulo, aos olhos do mundo, como um grande polo de desenvolvimento econômico, agrícola, industrial, tecnológico e educacional.

Após estabelecer a política salarial dos quatro anos de sua gestão para o magistério e o quadro de apoio escolar -com aumento salarial sem precedentes e uma estrutura de cargos e vencimentos para sólido plano de carreira-, o chefe do Executivo paulista assinou nesta semana o decreto que institui o Programa Rede Ensino Médio Técnico do Estado de São Paulo.

A importância da educação para o desenvolvimento tem dois pressupostos fundamentais: a proficiência da força de trabalho no plano econômico e a promoção da cidadania, que resulta da equidade social, uma realidade graças à igualdade de oportunidades.

A educação universal e de qualidade, aliada à formação escolar para o trabalho, influi positivamente na inclusão social do jovem, tão presente nas preocupações de todos os setores da sociedade.

Nosso Estado registra índices de acesso ao ensino médio técnico que ainda precisam ser ampliados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a necessidade de superação da crise de identidade do ensino médio, para que este adquira uma estrutura curricular que articule a formação cultural e o trabalho produtivo, as ciências naturais e as humanas, os conceitos científicos e o universo das tecnologias.

Isso se torna possível por uma articulação curricular que agregue ao ensino médio regular a formação para o trabalho.

Para articular seu objetivo de ampliar o acesso à formação técnica de nível médio, a Secretaria de Estado da Educação atuou em duas direções. Uma delas foi promover uma chamada pública para o credenciamento de instituições interessadas em participar do programa lançado pelo governador.

Outra foi articular a colaboração valiosa de duas instituições de grande prestígio nacional na formação para o trabalho, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Serão oferecidas duas modalidades de educação profissional técnica articuladas ao ensino médio.

Uma delas ainda neste ano, para 30 mil alunos da 2ª série, que poderão se matricular nas instituições de educação profissional credenciadas. A outra modalidade prevê a formação básica na escola da rede estadual e a formação técnica nas unidades do Centro Paula Souza ou do Instituto Federal.

O acesso a essas duas modalidades de formação profissional atingirá 30% de todas as matrículas no ensino médio da rede estadual até o ano de 2014.

Em termos de Brasil, isso significará uma grandiosa contribuição de São Paulo para o desenvolvimento econômico, em harmonia com a crescente inclusão do jovem no mundo do trabalho.

HERMAN VOORWALD, 56, é secretário da Educação do Estado de São Paulo.

JOÃO CARDOSO PALMA FILHO, 66, é secretário-adjunto da Educação do Estado de São Paulo.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Clipping

CNTE

Nota escolar (Painel do Leitor)

- Data: 12/07/2011
- Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
- Editoria: OPINIÃO
- Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Das medidas possíveis para tentar reverter o estado da educação no Brasil, certamente a mais simples, barata e fácil é fixar, na porta da escola, a nota da instituição no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), como sugeriu o economista Gustavo Loschpe. Por outro lado, essa também é a medida mais nefasta ao professor.

Se a população está satisfeita com a educação ineficiente que seus filhos recebem, mais provável que seja também por sua falta de instrução -ter ciência apenas da "nota" da escola do filho pode melhorar a situação? Ou será mais uma "pedra" jogada nas costas dos nossos docentes?

EUNICE PAZ LANDIM BARRENHA (Jales, SP)

Clipping

CNTE

11/07/2011 - Site oferece treinamento para quem deseja aprimorar a redação

✦ Data: 11/07/2011
✦ Veículo: AGORA - MS
✦ Editoria:
✦ Assunto principal: ENSINO MÉDIO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Quem está se preparando para prestar vestibular, fazer a prova do Enem ou participar de concursos públicos já pode garantir um melhor desempenho nas suas redações treinando a produção de um texto pela internet. A empresa Página 3 Pedagogia & Comunicação, especializada em desenvolver conteúdo para sites educacionais, criou o site Página da Redação (www.paginadaredacao.com.br), que simula exatamente a mesma situação vivida por esses alunos e profissionais.

Ao se cadastrar e adquirir os créditos necessários para realizar o simulado, o internauta pode escolher um dos cinco temas oferecidos neste primeiro momento (AIDS, liberalismo, maconha, preconceito e lixo), ler o material disponível no site sobre o assunto, escrever seu texto e enviá-lo para a análise de professores especializados. Outros temas serão postados periodicamente.

Em até 10 dias úteis, o autor receberá a redação comentada e corrigida de acordo com os parâmetros utilizados nas principais avaliações do país. A correção fica disponível ao internauta por um mês no site, com acesso restrito ao autor do texto.

"Só existe uma maneira de melhorar a redação: escrevendo mais e submetendo o texto à análise de um profissional qualificado. De preferência, de alguém que não conheça o redator", diz Antonio Carlos Olivieri, professor de língua portuguesa, jornalista e diretor da Página 3 Pedagogia & Comunicação.

Adquirindo mais créditos - ao custo de R\$ 20 por redação -, é possível produzir novos textos ou refazer o que já foi avaliado pelos especialistas do site. "Assim, os internautas têm a oportunidade de desenvolver várias redações e praticar à vontade, até a época de realizar seus exames", acrescenta Olivieri.

A compra dos créditos é online, feita pelo sistema PagSeguro. O internauta pode escolher a forma de pagamento entre boleto, débito ou transferência.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/7/11
Assunto: Greve altera rotina dos estudantes		Página: 24

UFSC

Greve altera rotina dos estudantes

Sem poder utilizar o restaurante e a biblioteca da universidade, alunos buscam alternativas no campus para continuar as atividades

ANITA MARTINS

As mesas ao ar livre na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estão cheias de alunos estudando, enquanto a Biblioteca Universitária (BU) está fechada. Os estabelecimentos comerciais que ficam ao redor do campus têm aumentado seus ganhos, ao mesmo tempo em que o Restaurante Universitário (RU) está funcionando como base operacional da greve dos servidores, que começou no dia 6 de junho.

As mudanças no cotidiano causadas pela paralisação não agradam aos estudantes, que, nem por isso, condenam a mobilização dos funcionários. O aluno do curso de Direito William Silva, 19 anos, se reuniu com os amigos ao lado da BU para fazer um trabalho. No sol, para amenizar o frio, os seis estudantes discutiram o tema que pegaram e escreveram suas conclusões no laptop de Silva. Acabaram debatendo sobre a greve também.

As reivindicações

- **Reajuste salarial**
- **Piso de três salários mínimos**, sendo que o atual é de dois
- **Redução na terceirização**
- **Abertura imediata** de concursos públicos para substituição da mão de obra terceirizada para as áreas administrativas e os HUs
- **Revogação da Lei 9.632/98** e de todas as demais que extinguem cargos no serviço público

- Com essa onda de violência que está rolando aqui na UFSC, é até perigoso ficar com o computador na rua - disse Walter Dias, 23 anos.

A estudante Laís Tavares completa: - A greve é um direito. Eu tenho isenção no RU. Agora, estou recebendo um ticket de R\$ 7,50 para almoçar fora, mas pago a mais todo dia. Além disso, estou gastando um monte em xerox porque não posso pegar livros emprestados. Meu pai está se ferrando para me dar dinheiro. Só que não tiro a razão dos servidores.

Apesar de alterar a rotina dos estudantes, a greve não deve prejudicar o fim deste semestre e o início do próximo. A previsão é do diretor do Departamento de Administração Escolar (DAE), Luiz Podestá, que não aderiu ao movimento.

Segundo ele, os preparativos para as matrículas, que são feitas pela internet, estavam prontos antes de a paralisação começar. O DAE está funcionando parcialmente.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (Sintufsc), 40% dos funcionários estão parados. O Hospital Universitário (HU) é o lugar que teve menos adesões, somente duas, por causa da importância do atendimento.

Hoje, às 14h, uma nova assembleia da categoria será promovida no hall da Reitoria. Estará em pauta o pedido do Ministério da Educação (MEC) para que seja decretado o fim da greve e, depois, sejam iniciadas as negociações.